

ZIMBABUÉ

REPÚBLICA DO ZIMBABUÉ

Chefe de Estado e de Governo:	Robert Mugabe retencionista
Penal de morte:	12,5 milhões
População:	43,4 anos
Esperança média de vida:	100/88 por 1000
Taxa de mortalidade - menores de 5 anos (m/f):	91,2 por cento
Taxa de literacia nos adultos:	

A situação dos direitos humanos melhorou ligeiramente com a criação de um governo de unidade em Fevereiro. Contudo, continuou a perseguição e intimidação de defensores dos direitos humanos, activistas políticos e apoiantes do Movimento para a Mudança Democrática (MDC-T), liderado pelo primeiro-ministro Morgan Tsvangirai. Dezenas de pessoas tidas como críticas do antigo partido no poder União Nacional Africana do Zimbabué (ZANU-PF) foram alvo de detenções. As instituições estatais controladas pela ZANU-PF continuaram a perseguir alegados opositores políticos, causando tensão no frágil governo de unidade. A tensão nas instituições estatais deu origem a ataques contra activistas do MDC-T nas zonas rurais, bem como em algumas explorações agrícolas comerciais.

A economia apresentou os primeiros sinais de recuperação desde o início da crise em 2000. O dólar do Zimbabué foi abolido e moedas fortes como o dólar norte-americano e o rand sul-africano começaram a ser usadas. Isto permitiu controlar a inflação e melhorou a disponibilidade de alimentos nas lojas. Contudo, muitas famílias pobres não tinham acesso a moeda estrangeira e não conseguiam suportar os custos da educação e dos serviços de saúde. A intervenção das agências humanitárias permitiu a reabertura de escolas e centros de saúde, já que a maior parte tinha encerrado em 2007.

Antecedentes

A 27 de Janeiro, os líderes da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) realizaram uma cimeira extraordinária na África do Sul para tentar quebrar o impasse político que se seguiu à assinatura do Acordo Político Global (GPA) para o Zimbabué, a 15 de Setembro de 2008. Os três signatários do GPA – ZANU-PF, MDC-T e o MDC, liderado por Arthur Mutambara – não conseguiam chegar a acordo sobre a distribuição de ministérios-chave.

Na sequência da intervenção da SADC, Morgan Tsvangirai tomou posse como primeiro-ministro a 11 de Fevereiro, juntamente com os seus dois vice-primeiros-ministros – Arthur Mutambara do MDC e Thokozani Khupe do MDC-T. Os restantes membros do governo de unidade tomaram posse a 14 de Fevereiro. Contudo, o governo de unidade continuava a ser uma instituição fragilizada, principalmente devido à recusa do presidente Mugabe em implementar partes do GPA. A ZANU-PF alegou que o MDC-T não tinha feito o suficiente para garantir o levantamento das sanções impostas pela UE e pelos EUA. Em Outubro, o MDC-T boicotou três reuniões do governo em protesto contra os atrasos na implementação do GPA. O MDC-T só voltou a participar nas reuniões ministeriais após uma cimeira convocada pela SADC a 5 de Novembro. A cimeira deu 30 dias aos partidos para retomarem o diálogo para resolver o impasse. Até ao final do ano, nenhum dos principais problemas tinha sido resolvido.

As vítimas dos desalojamentos forçados de 2005 continuaram a viver em condições deploráveis.

Liberdade de expressão, associação e reunião

Continuou a repressão de defensores dos direitos humanos e supostos opositores políticos da ZANU-PF. Dezenas de activistas políticos e dos direitos humanos foram detidos e acusados apenas por exercerem os seus direitos.

O Gabinete do Procurador-Geral continuou a invocar a Secção 121 da Lei do Processo Penal e da Prova (CPEA) para prolongar a detenção de defensores dos direitos humanos e activistas políticos, que em condições normais seriam libertados sob fiança. A Secção 121 permitia que o suspeito ficasse detido por um período adicional de sete dias para permitir que o Estado pudesse recorrer junto de um tribunal superior.

■ Pelo menos 18 presos políticos permaneciam detidos sob aquilo que se acreditava serem falsas acusações apresentadas pelo antigo governo da ZANU-PF. A 2 de Março, Jestina Mukoko e Broderick Takawira foram libertados sob fiança após terem passado três meses sob detenção. Outras treze pessoas foram posteriormente libertadas sob fiança. A três dessas pessoas – Gandhi Mudzingwa e Kisimusi Dhlamini, ambos responsáveis do MDC-T, e o jornalista Andrison Manyere – foi concedida a libertação sob fiança, a 9 de Abril. As autoridades opuseram-se à sua libertação sob fiança, mas não recorreram da decisão no período de sete dias estipulado pela Secção 121 da CPEA. Os três foram libertados a 17 de Abril, mas voltaram a ser detidos dias depois pela polícia. Gandhi Mudzingwa e Kisimusi Dhlamini permaneciam no hospital a receber tratamento para os ferimentos provocado pela tortura de que foram vítimas sob custódia. Foi-lhes finalmente concedida liberdade sob fiança a 13 de Maio. Todos os detidos precisaram de receber tratamento hospitalar devido à tortura e outras formas de maus-tratos a que foram sujeitos sob custódia.

■ O julgamento de Jestina Mukoko e 17 outras vítimas de sequestro em 2008 começou no princípio do ano. Contudo, a 28 de Setembro o Supremo Tribunal ordenou a suspensão permanente do processo criminal contra Jestina Mukoko, alegando que os agentes da segurança estatal tinham violado os seus direitos constitucionais.

■ Sete membros da organização "Women of Zimbabwe Arise" (WOZA), todos do sexo feminino, foram detidos em Bulawayo a 17 de Junho, após a sua participação numa manifestação pacífica, e não tiveram direito à visita de um advogado. No dia seguinte, enquanto a Secretária-Geral da Amnistia Internacional dava uma conferência de Imprensa no Hotel Meikles em Harare, quatro activistas da WOZA, um operador de câmara do jornal estatal *Herald* e uma jornalista independente foram detidos e espancados pela polícia a cerca de 50 metros do hotel. Os activistas da WOZA não tiveram acesso a tratamento médico como castigo pelas suas actividades, e passaram a noite na prisão. A jornalista independente e o operador de câmara foram libertados no mesmo dia.

■ A 5 de Agosto, quatro líderes estudantis da Associação Nacional de Estudantes do Zimbabué – Clever Bere, Kudakwashe Chakabva, Archieford Mudzengi e Brian Rugodo – foram detidos na Universidade do Zimbabué por distribuírem t-shirts. Foram acusados de violar a Lei Criminal (Lei de Codificação e Reforma) por participarem num encontro com a intenção de promover a violência pública, perturbação da paz e "intolerância". Foram libertados sob fiança a 7 de Agosto.

■ A 25 de Outubro, Cephas Zinhumwe, director executivo da Associação Nacional de ONGs (NANGO), e Dadirai Chikwengo, presidente do conselho de administração da NANGO, foram detidos na cidade de Victoria Falls depois de a NANGO ter convocado um workshop para directores de ONGs. Os dois foram libertados sob fiança a 27 de Outubro e acusados de

violação da Lei de Ordem Pública e Segurança (POSA) por não terem alegadamente notificado a autoridade regulatória sobre a sua intenção de realizar um "encontro político público". Foram absolvidos a 25 de Novembro.

■ 28 de Outubro, Thulani Ndhlovu e Ndodana Ndhlovu, da Rede de Apoio Eleitoral do Zimbabué, foram detidos em Dete, distrito de Hwange. Foram acusados ao abrigo da POSA por organizarem encontros alegadamente sem autorização policial. Ndodana Ndhlovu foi libertado no mesmo dia, enquanto Thulani Ndhlovu foi libertado sob fiança a 30 de Outubro.

■ A 8 de Novembro, Lovemore Matombo, presidente do Congresso dos Sindicatos do Zimbabué (ZCTU), e quatro activistas daquela organização – Michael Kandukutu, Percy Mcijo, Dumisani Ncube e Nawu Ndlovu – foram detidos na cidade de Victoria Falls após uma reunião sindical. Foram acusados ao abrigo da POSA por organizarem o que o governo considerou um encontro ilegal. Foram libertados a 12 de Novembro quando o caso foi anulado por um tribunal de pequena instância.

■ A 20 de Novembro, 32 activistas de Gweru foram levados perante um tribunal de pequena instância. Eles tinham sido detidos em Dezembro de 2008 após participarem numa manifestação pacífica, e foram acusados ao abrigo da POSA. Contudo, quando foram levados a tribunal, as acusações foram alteradas para destruição de propriedade e insultos contra o presidente Mugabe.

Perseguição de advogados e responsáveis judiciais

Continuou a perseguição e intimidação de advogados que representavam activistas políticos e dos direitos humanos, bem como de funcionários judiciais.

■ A 14 de Maio, Alec Muchadehama, advogado do jornalista Andriison Manyere e de dois membros do MDC-T, foi detido no tribunal de pequena instância de Harare por polícias do Departamento de Lei e Ordem. Foi acusado de obstruir o curso da justiça por “obter ilegalmente a libertação” de Kisimusi Dhlamini, Gandhi Mudzingwa e Andriison Manyere através da prestação de informações falsas aos responsáveis do Tribunal Superior. Passou a noite na prisão. Foi absolvido a 10 de Dezembro. Num caso relacionado, Constance Gambara, a funcionária do Tribunal Superior que facilitou a libertação temporária dos três detidos, foi detida a 6 de Maio sob acusação de abuso criminal dos deveres públicos. Foi-lhe concedida a liberdade sob fiança a 8 de Maio, mas o Estado invocou a Secção 121 da CPEA e ele permaneceu detida juntamente com o seu bebé de nove meses. Foi libertada a 14 de Maio, depois de o Estado ter retirado o recurso contra a sua libertação sob fiança. Foi igualmente absolvida a 10 de Dezembro.

Impunidade

Não foram tomadas medidas significativas para trazer perante a justiça os perpetradores de graves violações dos direitos humanos durante a violência patrocinada pelo Estado e a tortura de adversários políticos da ZANU-PF no período que antecedeu a segunda volta das eleições presidenciais de Junho de 2008. Pelo menos 200 pessoas foram mortas e mais de 9000 ficaram feridas devido à violência. Registaram-se alguns processos judiciais isolados. O Organismo para a Reconciliação Nacional criado pelo governo não considerou prioritário fazer os perpetradores responder pelos seus crimes, nem os Ministérios da Defesa e dos Assuntos Internos viram a necessidade de introduzir reformas institucionais urgentes para combater a impunidade. Ao longo de 2009, elementos do exército, polícia e serviços de informações sentiram-se à vontade para continuar a cometer violações dos direitos humanos contra activistas dos direitos humanos e membros do MDC-T.

O Gabinete do Procurador-Geral não teve vontade para investigar as alegadas violações dos direitos humanos ou foi cúmplice nelas.

Tortura e outras formas de maus-tratos

Continuaram os casos de tortura e outras formas de maus-tratos contra detidos. Os perpetradores não foram trazidos à justiça.

■ Em Setembro, o Supremo Tribunal do Zimbabué considerou, entre outras coisas, que Jestina Mukoko (ver acima) tinha sido torturada por agentes da segurança do Estado, que a sequestraram e mantiveram detida em regime de isolamento em Dezembro de 2008. Apesar disso, não foi aberta qualquer investigação.

■ Pelo menos 95 soldados foram detidos em Outubro em Harare por suspeita de envolvimento no arrombamento de um arsenal no quartel de Pomona para roubar 21 armas. Os soldados terão sido torturados enquanto estavam a ser interrogados por elementos da Organização Central de Informações, Corpo de Informações Militares e Polícia Militar. Pelo menos dois deles morreram em resultado dos ferimentos, incluindo o major Makotere, cujos genitais terão sido repetidamente pontapeados. Um dos soldados terá alegadamente cometido suicídio quando se encontrava numa solitária. Um dos soldados, Pascal Gwezere, um responsável dos transportes do MDC-T que foi acusado pelo mesmo crime, foi detido por agentes da segurança do Estado na sua casa em Harare, a 27 de Outubro, tendo também sido torturado. Foi-lhe negado tratamento médico. Foi libertado sob fiança a 24 de Dezembro, depois de o Supremo Tribunal ter confirmado uma decisão anterior do Tribunal Superior.

Manfred Novak, Relator Especial da ONU, foi impedido de entrar no Zimbabué a 28 de Outubro. O governo retirara-lhe o convite dois dias antes, alegando que já se encontrava no país uma delegação da SADC a avaliar o desempenho do governo de unidade.

Sistema judicial – independência do poder judicial

Os tribunais de pequena instância ficaram sob pressão por aprovarem decisões que não eram do agrado do Gabinete do Procurador-Geral. Os tribunais inferiores sofreram pressões adicionais nos casos contra responsáveis do MDC-T e defensores dos direitos humanos, e muitos funcionários judiciais enfrentaram eles próprios acusações falsas instigadas pelo Gabinete do Procurador-Geral. Estas acusações visavam criar medo entre os funcionários judiciais, prejudicando a sua independência e imparcialidade.

■ Livingstone Chipadza, magistrado regional em funções na província de Manicaland, foi detido em Março após ter libertado sob fiança Roy Bennett, tesoureiro do MDC-T. Foi acusado de "abuso criminal do cargo" após aprovar a libertação de Roy Bennett da prisão preventiva, e foi mantido vários dias em condições deploráveis de detenção antes de ser libertado sob fiança. A 4 de Agosto as acusações contra ele foram retiradas.

■ Chioniso Mutongi, a magistrada que presidiu ao julgamento do advogado dos direitos humanos Alec Muchadehama, demitiu-se a 3 de Novembro. Alegou ter sido pressionada pelos responsáveis da acusação depois de ter condenado o funcionário judicial Andrew Kumire a cinco dias de prisão por desrespeito ao tribunal. Andrew Kumire abandonou o tribunal e mais tarde um outro magistrado libertou-o sob fiança, em circunstâncias por explicar. A condenação de Andrew Kumire foi posteriormente confirmada pelo Tribunal Superior. Chioniso Mutongi recebeu vários telefonemas ameaçadores e afirmou não ter recebido qualquer tipo de protecção do Gabinete do Magistrado-Chefe.

Pena de morte

Pelo menos sete pessoas foram condenadas à morte me 2009, elevando para, pelo menos, 52 o número de pessoas no corredor da morte no final do ano.

Visitas/relatórios da Amnistia Internacional

☞ Delegados da Amnistia Internacional visitaram o Zimbabué em Março, Maio, Junho e Outubro. Em Junho, a Secretária-Geral da Amnistia Internacional visitou o Zimbabué e encontrou-se com altos responsáveis governamentais, incluindo a vice-presidente Joice Mujuru, o Ministro da Defesa Emmerson Mnangagwa, diplomatas da UA e da UE, defensores dos direitos humanos e vítimas de violações dos direitos humanos. Em Julho, a Secretária-Geral encontrou-se com o primeiro-ministro Morgan Tsvangirai no Reino Unido.

☞ Zimbabué: Agenda de cinco pontos sobre direitos humanos para o governo de unidade (AFR 46/009/2009)

☞ Zimbabué: Passar das palavras aos actos (AFR 46/025/2009)